

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	8
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	15

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	40
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	41
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	42

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.417.236.944
Preferenciais	0
Total	3.417.236.944
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	2.447.450	2.528.364
1.01	Ativo Circulante	710.869	757.902
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	190.889	267.916
1.01.02	Aplicações Financeiras	478.423	452.084
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	478.423	452.084
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	463.109	388.073
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras Vinculadas	15.314	64.011
1.01.03	Contas a Receber	20.155	20.170
1.01.03.01	Clientes	20.119	20.161
1.01.03.01.01	Contas a Receber	20.119	20.161
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	36	9
1.01.03.02.01	Contas a receber Partes Relacionadas	36	9
1.01.06	Tributos a Recuperar	17.128	12.615
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	17.128	12.615
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	17.082	12.560
1.01.06.01.02	Antecipação de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre lucros	46	55
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.648	4.582
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	3.648	4.582
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	626	535
1.01.08.03	Outros	626	535
1.01.08.03.02	Outros Créditos	626	535
1.02	Ativo Não Circulante	1.736.581	1.770.462
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	161.343	161.501
1.02.01.04	Contas a Receber	133	165
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	133	165
1.02.01.07	Tributos Diferidos	152.136	152.136
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	152.136	152.136
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	4.037	4.228
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	5.037	4.972
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	5.037	4.972
1.02.03	Imobilizado	19.078	36.086
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.005	5.426
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	14.073	30.660
1.02.04	Intangível	1.556.160	1.572.875
1.02.04.01	Intangíveis	1.556.160	1.572.875
1.02.04.01.02	Intangível	1.502.979	1.512.012
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	53.181	60.863

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	2.447.450	2.528.364
2.01	Passivo Circulante	235.624	259.095
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.676	9.431
2.01.01.01	Obrigações Sociais	10.676	9.431
2.01.02	Fornecedores	25.359	25.743
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	25.359	25.743
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.416	10.004
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.416	10.004
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	482
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais	10.416	9.522
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	129.744	134.584
2.01.04.02	Debêntures	129.744	134.584
2.01.05	Outras Obrigações	29.914	50.167
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.781	10.655
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.781	10.655
2.01.05.02	Outros	28.133	39.512
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	16.391	16.380
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	4.587	12.668
2.01.05.02.08	Taxa de fiscalização	1.823	1.778
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar	5.332	8.686
2.01.06	Provisões	29.515	29.166
2.01.06.02	Outras Provisões	29.515	29.166
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	29.515	29.166
2.02	Passivo Não Circulante	1.118.351	1.335.284
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	976.829	1.029.691
2.02.01.02	Debêntures	976.829	1.029.691
2.02.02	Outras Obrigações	10.117	174.768
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	141.354
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	0	141.354
2.02.02.02	Outros	10.117	33.414
2.02.02.02.06	Obrigações fiscais	0	10.208
2.02.02.02.08	Arrendamento mercantil a pagar	10.117	23.206
2.02.04	Provisões	131.405	130.825
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.113	2.005
2.02.04.01.05	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	2.113	2.005
2.02.04.02	Outras Provisões	129.292	128.820
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	38.971	38.499
2.02.04.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovias	90.321	90.321
2.03	Patrimônio Líquido	1.093.475	933.985
2.03.01	Capital Social Realizado	1.879.138	1.733.585
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-785.663	-799.600

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	180.829	180.406
3.01.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	143.769	133.001
3.01.02	Receitas de serviços de construção	37.060	47.405
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-136.558	-139.707
3.02.01	Custos dos Serviços Prestados	-99.498	-92.302
3.02.02	Custos dos Serviços de Construção	-37.060	-47.405
3.03	Resultado Bruto	44.271	40.699
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.593	-8.008
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.811	-8.390
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-9.840	-8.339
3.04.02.04	Reversão (Provisão) para Perdas Esperadas	29	-51
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	218	382
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	34.678	32.691
3.06	Resultado Financeiro	-19.878	-33.107
3.06.01	Receitas Financeiras	25.162	17.368
3.06.01.01	Receitas Financeiras	25.162	17.368
3.06.02	Despesas Financeiras	-45.040	-50.475
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-45.040	-50.475
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	14.800	-416
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-863	0
3.08.01	Corrente	-863	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	13.937	-416
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	13.937	-416
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,0046	-0,0001

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	13.937	-416
4.03	Resultado Abrangente do Período	13.937	-416

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	35.993	48.952
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	103.209	109.020
6.01.01.01	(Prejuízo) lucro líquido do período	13.937	-416
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	60.028	49.467
6.01.01.03	(Reversão) Provisão para perdas esperadas	-29	51
6.01.01.04	Baixa de ativos permanentes	31	6
6.01.01.09	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-24.738	-764
6.01.01.10	Juros e variações monetárias sobre debêntures privadas	4.941	4.270
6.01.01.12	Juros e variações monetárias sobre debêntures	36.886	43.061
6.01.01.14	Despesas / (receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	1.848	2.094
6.01.01.15	Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	2.239	1.369
6.01.01.16	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	15	32
6.01.01.17	Constituição de provisão para manutenção	8.051	9.850
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-67.216	-60.068
6.01.02.01	Contas a receber	103	-5.601
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	-27	1
6.01.02.04	Despesas antecipadas	1.125	1.062
6.01.02.05	Impostos a recuperar	-2.827	-3.060
6.01.02.06	Outros créditos	-91	-84
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-65	2
6.01.02.09	Fornecedores	2.359	-4.945
6.01.02.10	Fornecedores - partes relacionadas	-3.236	-1.931
6.01.02.11	Cauções contratuais de fornecedores	-334	53
6.01.02.12	Obrigações sociais	1.245	1.206
6.01.02.13	Obrigações fiscais	-9.825	673
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-1.124	-66
6.01.02.15	Taxa de Fiscalização	45	48
6.01.02.16	Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	-2.146	-2.908
6.01.02.17	Utilização de provisão de manutenção	-8.448	-13.583
6.01.02.18	Custo de transação - empréstimo	715	714
6.01.02.19	Pagamento de juros	-36.604	-34.974
6.01.02.20	Outras contas a pagar	-8.081	3.325
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-50.142	-9.780
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-46.855	-53.239
6.02.03	Aplicações financeiras vinculadas	-45.344	-9.258
6.02.04	Valor resgatado das aplicações vinculadas	94.454	34.762
6.02.10	Aplicação financeira	-52.397	17.955
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-62.878	-4.018
6.03.03	Pagamento arrendamento mercantil	-4.179	-4.018
6.03.05	Pagamento debêntures - principal	-58.699	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-77.027	35.154
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	267.916	476.497

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	190.889	511.651

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.733.585	0	0	-799.600	0	933.985
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.733.585	0	0	-799.600	0	933.985
5.04	Transações de Capital com os Sócios	145.553	0	0	0	0	145.553
5.04.01	Aumentos de Capital	145.553	0	0	0	0	145.553
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.937	0	13.937
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.937	0	13.937
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.879.138	0	0	-785.663	0	1.093.475

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.733.585	0	0	-856.568	0	877.017
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.733.585	0	0	-856.568	0	877.017
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-416	0	-416
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-416	0	-416
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.733.585	0	0	-856.984	0	876.601

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	194.410	194.840
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	150.311	139.742
7.01.02	Outras Receitas	44.099	55.098
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	37.060	47.405
7.01.02.02	Outras receitas	7.039	6.037
7.01.02.03	Juros Capitalizados	0	1.656
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-70.657	-84.046
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-9.530	-11.539
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.574	-6.031
7.02.04	Outros	-55.553	-66.476
7.02.04.01	Custos dos Serviços de Construção	-37.060	-47.405
7.02.04.02	Custos da Concessão	-6.873	-6.659
7.02.04.03	Custos de Provisão de Manutenção em Rodovias	-8.051	-9.850
7.02.04.04	Outros	-3.569	-2.562
7.03	Valor Adicionado Bruto	123.753	110.794
7.04	Retenções	-60.028	-49.467
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-60.028	-49.467
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	63.725	61.327
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	25.162	17.368
7.06.02	Receitas Financeiras	25.162	17.368
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	88.887	78.695
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	88.887	78.695
7.08.01	Pessoal	15.736	14.687
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.647	10.987
7.08.01.02	Benefícios	3.488	3.097
7.08.01.03	F.G.T.S.	601	603
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	14.275	12.382
7.08.02.01	Federais	6.688	5.372
7.08.02.02	Estaduais	4	3
7.08.02.03	Municipais	7.583	7.007
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	44.939	52.042
7.08.03.01	Juros	36.886	43.061
7.08.03.02	Aluguéis	-7	-21
7.08.03.03	Outras	8.060	9.002
7.08.03.03.02	Juros Capitalizados Debêntures	0	1.656
7.08.03.03.04	Outras	3.119	3.076
7.08.03.03.05	Juros - Debêntures privadas	4.941	4.270
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	13.937	-416
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	13.937	-416

Comentário do Desempenho

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS – 1T26

Tráfego Pedagiado

A Companhia apresentou crescimento de 0,8% no tráfego no 1T26, com 47,0 milhões de veículos equivalentes. O *mix* de veículos equivalentes foi de 71% do tráfego representado por veículos pesados e 29% por veículos de leves.

Receita de Pedágio

A receita de pedágio da Companhia totalizou R\$ 150,3 milhões no 1T26, com crescimento de 7,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

EBITDA Ajustado e Margem

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 102,8 milhões, acréscimo de 11,7%, com uma margem de 71,5%.

DESEMPENHO OPERACIONAL

TRÁFEGO PEDAGIADO

Veículos Equivalentes (Mil)	1T26	1T25	Δ%
Total	46.966	46.571	0,8%
Leves	13.606	13.337	2,0%
Pesados	33.360	33.234	0,4%

A Fernão Dias registrou 47,0 milhões de veículos equivalentes no 1T26, crescimento de 0,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. O *mix* de tráfego manteve-se concentrado em veículos pesados, que representaram 71% do total, enquanto os veículos leves corresponderam a 29%.

O desempenho no trimestre foi impulsionado por dois fatores principais:

Veículos leves: crescimento de 2,0%, favorecido pelo feriado prolongado de Carnaval e as viagens de retorno das festas de fim de ano.

Veículos pesados: aumento de 0,4%, refletindo o bom desempenho das exportações do complexo sucroenergético, com destaque para o setor de açúcar de cana e o álcool etílico, além do avanço do comércio de carnes, especialmente bovina e frango.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (R\$/Veíc. Equiv.)	1T26	1T25	Δ%
Tarifa Média	3,20	3,00	6,7%

A tarifa média da Fernão Dias no 1T26 foi de R\$ 3,20, com aumento de 6,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação reflete os reajustes tarifários anuais previstos contratualmente, com data-base em dezembro, e calculados com base na variação do IPCA acumulado no período, conforme estipulado no contrato de concessão.

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Receita Bruta	194.164	192.795	0,7%
Receitas de pedágio	150.311	139.742	7,6%
Receitas de construção	37.060	47.405	(21,8%)
Outras receitas	6.793	5.648	20,3%
Deduções	(13.335)	(12.389)	7,6%
Receita Operacional Líquida	180.829	180.406	0,2%
Receita Operacional Líquida Ajustada¹	143.769	133.001	8,1%

1: Excluindo a Receita de Construção

Receita de Pedágio

A receita bruta de pedágio da Fernão Dias totalizou R\$ 150,3 milhões no primeiro trimestre de 2026, crescimento de 7,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho reflete, principalmente, o impacto positivo dos reajustes tarifários contratuais e o aumento do tráfego na rodovia.

Receitas de Construção

As receitas de construção totalizaram R\$ 37,1 milhões no 1T26, redução de 21,8% em relação ao primeiro trimestre do ano anterior.

Outras Receitas

As outras receitas totalizaram R\$ 6,8 milhões no 1T26, crescimento de 20,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. O desempenho positivo é justificado pelo incremento na receita não recorrente (one-off) de acordo extrajudicial com empresas de infraestrutura.

CUSTOS E DESPESAS

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(41.012)	(40.993)	0,0%
Pessoal	(15.735)	(14.688)	7,1%
Conservação	(4.129)	(4.930)	(16,2%)
Serviços de terceiros	(7.057)	(7.321)	(3,6%)
Seguros e garantias	(1.395)	(1.393)	0,1%
Verba de fiscalização	(5.470)	(5.237)	4,4%
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscal	(2.239)	(1.369)	63,6%
Outros	(4.987)	(6.055)	(17,6%)
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(105.139)	(106.722)	(1,5%)
Custos de construção	(37.060)	(47.405)	(21,8%)
Provisão p/ manutenção em rodovias	(8.051)	(9.850)	(18,3%)
Depreciação e amortização	(60.028)	(49.467)	21,3%
Custos e Despesas Operacionais	(146.151)	(147.715)	(1,1%)

No 1T26, os custos e despesas operacionais da Fernão Dias totalizaram R\$ 146,2 milhões, redução de 1,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. A redução se dá, principalmente, pela redução de provisão para manutenção em rodovias e dos custos dos serviços de construção na comparação trimestral.

Comentário do Desempenho

Ao desconsiderar os efeitos não caixa, os custos e despesas operacionais com impacto caixa somaram R\$ 41,0 milhões no 1T26, em linha com o período comparável.

EBITDA E EBITDA AJUSTADO

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	13.937	(416)	(3.450,2%)
(+) IR e CSLL	863	-	-
(+) Resultado financeiro	19.878	33.107	(40,0%)
(+) Depreciação e amortização	60.028	49.467	21,3%
EBITDA¹	94.706	82.158	15,3%
Margem EBITDA ²	65,9%	61,8%	4,1 p.p.
(+) Prov. para manutenção de rodovias	8.051	9.850	(18,3%)
EBITDA Ajustado³	102.757	92.008	11,7%
Margem EBITDA Ajustada ²	71,5%	69,2%	2,3 p.p.

1: EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

3: Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício

No 1T26, o EBITDA da Fernão Dias totalizou R\$ 94,7 milhões, alta de 15,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, com margem de 65,9%. O EBITDA Ajustado, que exclui efeitos contábeis sem impacto caixa, como a reversão da provisão para manutenção de rodovias e a provisão para redução ao valor recuperável, atingiu R\$ 102,8 milhões no 1T26, avanço de 11,7% e margem de 71,5%.

DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Depreciação e Amortização	(60.028)	(49.467)	21,3%

A linha de depreciação e amortização totalizou R\$ 60,0 milhões no 1T26, com aumento de 21,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação reflete, principalmente, a evolução da base de ativos intangíveis e imobilizados, em linha com os investimentos realizados pela Companhia na modernização e manutenção da infraestrutura da rodovia.

RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Resultado Financeiro	(19.878)	(33.107)	(40,0%)
Receitas financeiras	25.162	17.368	44,9%
Despesas financeiras	(45.041)	(50.475)	(10,8%)
Variação cambial, líq.	1	-	-

No 1T26, a Fernão Dias apresentou despesa financeira líquida de R\$ 19,9 milhões, redução de 40,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. A queda é explicada pelo aumento das receitas financeiras (+44,9%), impulsionadas por maior saldo de aplicações. As despesas financeiras somaram R\$ 45,0 milhões, redução de 10,8% frente ao primeiro trimestre do ano anterior.

Comentário do Desempenho

IR e CSLL

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
IR e CSLL	(863)	-	-
Corrente	-	-	-
Diferido	(863)	-	-

A Fernão Dias apurou despesa de IR e CSLL de R\$ 0,87 milhões no 1T26, sem base comparável no mesmo período do ano anterior.

RESULTADO LÍQUIDO

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Resultado Líquido	13.937	(416)	(3.450,2%)

A Fernão Dias encerrou o 1T26 com lucro líquido de R\$ 13,9 milhões, em relação ao prejuízo de R\$ 0,42 milhões no 1T25.

ENDIVIDAMENTO

R\$ mil	1T26	4T25	Δ%
Dívida Bruta	1.106.573	1.164.275	(5,0%)
Curto Prazo	129.744	134.584	(3,6%)
Longo Prazo	976.829	1.029.691	(5,1%)
Disponibilidades	669.312	720.000	(7,0%)
Caixa e equivalentes de caixa	653.998	655.989	(0,3%)
Aplicações financeiras vinculadas ¹	15.314	64.011	(76,1%)
Dívida Líquida	437.261	444.275	(1,6%)

1: Curto e Longo Prazo

No 1T26, a dívida bruta da Fernão Dias totalizou R\$ 1.106,6 milhões, redução de 5,0% em relação ao 4T25. A posição de caixa alcançou R\$ 669,3 milhões, redução de 7,0% no trimestre. A dívida líquida foi de R\$ 437,3 milhões, queda de 1,6% em relação ao trimestre anterior.

INVESTIMENTOS REALIZADOS

R\$ Mil	1T26	1T25	Δ%
Investimentos	53.622	64.268	(16,6%)

No 1T26, a Fernão Dias investiu R\$ 53,6 milhões, redução de 16,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação é devida, principalmente, a menor execução de sinistros no 1T26.

Notas Explicativas

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fernão Dias S.A. (“Sociedade” ou “Fernão Dias”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), situada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, na Rodovia Fernão Dias, BR 381, Km 850,5. Constituída em 19 de dezembro de 2007 e sua controladora e *holding* é a Arteris S.A.

A Sociedade que tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-381 - SP/MG, compreendendo o trecho entre São Paulo e Belo Horizonte, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Arteris S.A. (“Controladora”) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos (i) a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil I, (ii) a Brookfield Aylesbury-LLC, e a (iii) *holding* brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Mundys S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

2. CONCESSÃO

A Sociedade está em plena operação desde 09 de setembro de 2010, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-381/km 65+559 P1-Norte e 66+572 P1-Sul - Mairiporã-SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 88 km de terceira faixa.
- 94,26 km de vias laterais.
- 8,3 km de variantes/contornos.
- Construção de 50 passarelas.
- Construção de 8 praças de pedágio.
- Construção de 12 bases de serviços operacionais - BSO's.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.
- Implantação de 8 trevos em desnível em pista dupla.
- Implantação de 208.681 metros de defensas metálicas.
- Implantação de 62.556 metros de barreiras de concreto.
- Implantação de 1 retorno operacional.
- Remodelação do sistema viário entre o km 88 ao km 90,4.
- Recomposição de talude em gabião no contorno de Betim (fora da faixa) - Córrego Santo Antônio.
- Adicional de 48 km de terceiras faixas

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos apresentados nas revisões ordinárias e divulgados em nota técnica pelo poder concedente, aplicando o reajuste a partir da publicação em Diário Oficial da União.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à Sociedade ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são:

Notas Explicativas

(a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$7.916. A partir de 31 de março de 2026 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$54.752 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

(b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.

(c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.

(d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.

(e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.

(f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.

(g) O estatuto social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.

(h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de março de 2026 o montante de R\$1.503.024 (R\$1.344.916 em 31 de dezembro de 2025) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$265.669 (R\$295.376 em 31 de dezembro de 2025) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão, os quais, conforme previsão do Termo Aditivo assinado em 11 de maio de 2026, serão revisados e divulgados nas demonstrações financeiras futuras.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes.

Teste de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

A Sociedade testa anualmente seus ativos para *impairment* ou quando há indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável.

Para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Sociedade avaliou, concluiu que não houve necessidade de complemento da provisão já reconhecida e nem a indicação de que o valor contábil pode não ser recuperado.

Termos de Ajustes de Conduta - TAC com ANTT

No dia 27 de dezembro de 2024 foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na Modalidade Multas - TAC Multas entre a Sociedade e ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018.

O valor de referência do TAC Multas é de R\$275.909, que corresponde ao somatório das multas previstas no âmbito dos processos administrativos, considerados os descontos concedidos. Dentre os investimentos a serem realizados, destaca-se a realização de áreas de escapes em pontos críticos da rodovia, implantação de passarelas, pontos de ônibus, ponto de parada para descanso, e melhorias de acessos e intersecções que irão contribuir na melhora e fluidez do tráfego, além de trazer mais conforto e segurança para os usuários da rodovia. Além disso, estudos apontam que obras dessa natureza melhoram a fluidez do trânsito e consequente melhora no tráfego.

Com base nessas estimativas, a Sociedade realizou o estorno das provisões de riscos regulatórios que compõem o TAC. À medida que as obras forem executadas, será constituído ativo intangível ao qual será amortizado pelo prazo de concessão refletindo melhor a fruição dos benefícios gerados pelas obras do TAC. A extinção do TAC Multas não exige a Sociedade de executar as obrigações inadimplidas que tenham sido iniciadas até a respectiva data de assinatura.

Repactuação

A Portaria nº 848 de 25 de agosto de 2023 do Ministério dos Transportes estabelece a política pública e os procedimentos relativos à readaptação e otimização dos contratos de concessão, no que se refere à exploração da infraestrutura de transporte rodoviário federal. A Sociedade mantém junto aos órgãos governamentais de modo a

Notas Explicativas

viabilizar a otimização do contrato de concessão da Sociedade. Em 5 de dezembro de 2023, a Sociedade protocolou pedido de otimização junto à ANTT, ao qual foi aceito e seguem os trâmites previstos.

Em 2 de setembro de 2025, conforme previsto nas regulamentações da Portaria 848/23 (Art 6º - § único), foi publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) o edital do processo competitivo de alienação de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital da Sociedade, no âmbito de processo de solução consensual realizado no Tribunal de Contas da União, o qual foi aprovado por meio do ACÓRDÃO Nº 1.369/2025 - TCU - Plenário.

O processo competitivo realizado na B3 S.A., em 11 de dezembro de 2025, teve a proposta vitoriosa de Grupo Econômico não pertencente ao Grupo Arteris. Dessa forma, a Controladora Arteris transferirá o controle acionário da Autopista Fernão Dias para a Companhia vencedora do leilão. Está previsto o convívio entre a Concessionária, o Poder Concedente e a Operadora Futura, objetivando a apropriada transição operacional e a continuidade da prestação adequada dos serviços. Com a conclusão do processo de repactuação a Arteris será reembolsada conforme previsto no contrato de concessão os saldos não amortizados dos investimentos realizados.

A Administração da Sociedade avaliou os impactos contábeis decorrentes da conclusão deste tema tendo em vista os próximos passos previstos pelo edital do processo competitivo referente à transferência de 100% das ações da Sociedade, publicado em 2 de setembro de 2025, e concluiu que sua capacidade financeira é suficiente para manter suas atividades operacionais até a efetiva transferência do controle de ações para a Companhia vencedora do leilão.

3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Base de preparação

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB). Incluem também as disposições da Lei n.º 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi aprovada pela Administração em 15 de maio de 2026.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Sociedade utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Sociedade durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração contábil anual.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias, são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual e devem ser lidas em conjunto. Ademais, não houve emissão ou revogações das principais práticas contábeis e normas relacionadas. A Sociedade aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações contábeis, salvo indicação ao contrário.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

Caixa e equivalentes de caixa

	31.03.2026	31.12.2025
Caixa e contas bancárias	3.872	3.413
Aplicações financeiras (a)	187.017	264.503
Total	190.889	267.916

Aplicações financeiras

	31.03.2026	31.12.2025
Fundos de investimentos (b)	463.109	388.073
Total	463.109	388.073

Notas Explicativas

(a) Os recursos aplicados em fundos de investimentos, CDB e LFT possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e apresentam remuneração equivalente, em média, a 101,89% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (101,19% a.a. em 31 de dezembro de 2025). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender às necessidades de liquidez da Sociedade.

(b) As aplicações financeiras em fundos de investimentos correspondem a títulos lastreados em operações compromissadas, DPGE, NTN-B, LTN-Over e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa. Esses instrumentos, são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e apresentam remuneração equivalente, em média, a 101,89% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (101,19% a.a. em 31 de dezembro de 2025).

6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	31.03.2026		31.12.2025	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber	17.486	-	16.410	-
Cartões de pedágio a receber (a)	544	-	601	-
Receitas acessórias a receber (b)	2.440	133	3.548	165
Outras receitas a receber	19	-	1	-
Provisão para perdas esperadas (c)	(370)	-	(399)	-
Total	20.119	133	20.161	165

(a) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cartões de débito e crédito.

(b) Valores a receber sobre receitas acessórias referente ao uso da faixa de domínio, sendo os de maior relevância, para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos e receitas acessórias judicializados.

(c) Refere-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com contratos de permissão de uso da faixa de domínio, quais estão em processo de cobrança junto ao cliente.

Cronograma de recebimento:

	31.03.2026		31.12.2025	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	19.548	133	18.895	165
Créditos vencidos até 60 dias	204	-	1.028	-
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	140	-	96	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	227	-	142	-
Créditos vencidos há mais de 181 dias	370	-	399	-
Total	20.489	133	20.560	165

A Sociedade avalia o risco de inadimplência do contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) analisa individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda.

O prazo médio de vencimento é de 3 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025 é como segue:

	31.03.2026	31.03.2025
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	14.800	(416)
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(5.032)	141
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	43	(97)
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	4.126	(44)
Total	(863)	-
<u>Despesas de imposto de renda e contribuição social:</u>		
Correntes	(863)	-
Diferido	-	-
	(863)	-
Alíquota efetiva de impostos	(6%)	0%

Notas Explicativas

(*) Efeito de impostos não reconhecidos (reconhecidos) de anos anteriores demonstrado na tabela item 7.b)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	31.03.2026	31.12.2025
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	535.896	537.030
Provisão de participação nos lucros	3.926	3.177
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	2.113	2.005
Outras provisões	1.926	5.501
Provisão para manutenção de rodovias	68.486	67.665
Amortização acumulada de obras futuras	47.970	46.610
Arrendamentos	1.375	1.231
Ajuste ao valor recuperável de intangível - <i>Impairment</i>	321.710	333.340
Provisão para perdas esperadas	370	399
Estorno de capitalização de juros	587	587
Amortização estorno de capitalização de juros	(364)	(356)
Base de cálculo diferenças temporárias	983.995	997.189
Alíquota nominal	34%	34%
Total	334.558	339.044
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	9.693	9.693
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas (c)	(76.678)	(76.678)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis (c)	47.484	46.427
Base de cálculo diferenças temporárias	(19.501)	(20.558)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(6.630)	(6.990)
Total do imposto de renda e contribuição social	327.928	332.054
Impostos diferidos não constituídos	175.792	179.918
Total do imposto de renda e contribuição social constituído	152.136	152.136

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da concessão (UGC), que prevê um ciclo longo para a realização do prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto PIB, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* - EBT).

(b) Refere-se às provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios de decorrentes de reclamações pendentes de resoluções.

(c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, em conformidade com a Lei nº 12.973/14. Assim, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes decorrentes dessas mudanças até o final do período da concessão.

Movimentos de resultados representados por:

	31.03.2026	31.03.2025
Prejuízo fiscal e base negativa	(1.134)	12.980
Provisão de participação nos lucros	749	803
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	108	(1.508)
Outras provisões	(3.574)	(431)
Provisão para manutenção de rodovias	821	(2.553)
Amortização acumulada de obras futuras	1.360	1.245
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	-	285
Arrendamentos	144	(162)
Ajuste ao valor recuperável de intangível - <i>Impairment</i>	(11.630)	(11.629)
Provisão para perdas esperadas	(29)	51
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	1.057	1.056
Amortização estorno de capitalização de juros	(8)	(8)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	(12.136)	129
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(4.126)	44

Notas Explicativas

Composição dos impostos:

Impostos diferidos não constituídos (*)	(4.126)	44
Impostos de renda e contribuição social constituídos	-	-
Total do imposto de renda e contribuição social	(4.126)	44

(*) Impostos diferidos não constituídos em razão de evidências de não recuperabilidade mediante o teste de *impairment* realizados nos períodos correspondentes.

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitam a realização do ativo fiscal diferido até o limite de sua recuperabilidade.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

<u>Impostos diferidos</u>	<u>Ativo não circulante</u>
2026	21.341
2027	13.627
2028	18.287
2029	18.846
2030	23.241
Após 2030	56.794
	152.136

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a debêntures. A seguir breve descrição dessas obrigações:

Debêntures

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio, até que a retenção no período entre os 15 dias de cada mês seja equivalente a 1/6 da próxima parcela vincenda de juros remuneratórios e amortização. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de debêntures.

Em 31 de março de 2026, o saldo é de R\$15.314 (R\$64.011 em 31 de dezembro de 2025), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 98,96% a.a. (100,52% a.a. em 31 de dezembro de 2025) da variação do CDI.

Notas Explicativas

9. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2025	22.878	12.930	2.497	57.814	152	627	96.898
Remensurações	995	-	-	(11.798)	(2)	-	(10.805)
Transferências/reclassificações	-	-	(1.114)	1.114	-	-	-
Baixas	(23.873)	-	-	-	-	-	(23.873)
Saldo em 31.03.2026	-	12.930	1.383	47.130	150	627	62.220
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2025	(22.409)	(1.818)	(2.228)	(39.247)	(132)	(404)	(66.238)
Amortização	(1.464)	(498)	(77)	(3.708)	(11)	(24)	(5.782)
Transferências/reclassificações	-	-	1.408	(1.408)	-	-	-
Baixas	23.873	-	-	-	-	-	23.873
Saldo em 31.03.2026	-	(2.316)	(897)	(44.363)	(143)	(428)	(48.147)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2025	469	11.112	269	18.567	20	223	30.660
Saldo em 31.03.2026	-	10.614	486	2.767	7	199	14.073
Taxas de amortização - a.a.	-	16%	14%	26%	26%	13%	

Notas Explicativas

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2024	21.273	3.777	2.497	31.911	107	394	59.959
Remensurações	613	-	-	-	-	-	613
Adições	-	12.931	-	-	-	-	12.931
Saldo em 31.03.2025	21.886	16.708	2.497	31.911	107	394	73.503
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2024	(17.155)	(3.558)	(1.921)	(24.488)	(88)	(327)	(47.537)
Amortização	(1.289)	(436)	(77)	(3.477)	(12)	(17)	(5.308)
Saldo em 31.03.2025	(18.444)	(3.994)	(1.998)	(27.965)	(100)	(344)	(52.845)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2024	4.118	219	576	7.423	19	67	12.422
Saldo em 31.03.2025	3.442	12.714	499	3.946	7	50	20.658
Taxas de amortização - a.a.	24%	10%	12%	44%	45%	17%	

- (a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
- (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
- (c) Refere-se a locação de veículos administrativos.
- (d) Refere-se a locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas a conservação de rodovias.
- (e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.
- (f) Refere-se a locação de sedes administrativas e terrenos.

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2025	3.027	6.774	3.421	5.168	18.390
Alienações/baixas	(1)	(4)	-	(2)	(7)
Saldo em 31.03.2026	3.026	6.770	3.421	5.166	18.383
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2025	(2.348)	(4.997)	(2.094)	(3.525)	(12.964)
Depreciação	(63)	(194)	(66)	(97)	(420)
Alienações/baixas	1	3	-	2	6
Saldo em 31.03.2026	(2.410)	(5.188)	(2.160)	(3.620)	(13.378)
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2025	679	1.777	1.327	1.643	5.426
Saldo em 31.03.2026	616	1.582	1.261	1.546	5.005
Taxas de depreciação - a.a.	10%	17%	17%	10%	

Notas Explicativas

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2024	2.938	6.802	3.651	5.139	18.530
Alienações/baixas	-	-	(31)	(8)	(39)
Saldo em 31.03.2025	2.938	6.802	3.620	5.131	18.491
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2024	(2.106)	(4.233)	(2.059)	(3.183)	(11.581)
Depreciação	(17)	(222)	(66)	(142)	(447)
Alienações/baixas	-	-	30	5	35
Saldo em 31.03.2025	(2.123)	(4.455)	(2.095)	(3.320)	(11.993)
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2024	832	2.569	1.592	1.956	6.949
Saldo em 31.03.2025	815	2.347	1.525	1.811	6.498
Taxas de depreciação - a.a.	10%	16%	11%	9%	

Notas Explicativas

11. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (<i>Impairment</i>)	<i>Software</i>	Total do Intangível	Infraestrutura em construção (c)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2025	3.497.658	(448.005)	16.605	3.066.258	60.863	3.127.121
Adições	32.724	-	-	32.724	4.193	36.917
Transferências/reclassificações (d)	11.999	-	-	11.999	(11.999)	-
Alienações/baixas	(71)	-	-	(71)	-	(71)
Outros (e)	21	-	79	100	124	224
Saldo em 31.03.2026	<u>3.542.331</u>	<u>(448.005)</u>	<u>16.684</u>	<u>3.111.010</u>	<u>53.181</u>	<u>3.164.191</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2025	(1.659.946)	114.665	(8.965)	(1.554.246)	-	(1.554.246)
Amortização	(64.953)	11.630	(503)	(53.826)	-	(53.826)
Alienações/baixas	41	-	-	41	-	41
Saldo em 31.03.2026	<u>(1.724.858)</u>	<u>126.295</u>	<u>(9.468)</u>	<u>(1.608.031)</u>	<u>-</u>	<u>(1.608.031)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2025	1.837.712	(333.340)	7.640	1.512.012	60.863	1.572.875
Saldo em 31.03.2026	1.817.473	(321.710)	7.216	1.502.979	53.181	1.556.160
Taxas de amortização - a.a. (g)	6%	11%	31%			

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (<i>Impairment</i>)	<i>Software</i>	Total do Intangível	Infraestrutura em construção (c)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2024	3.146.286	(448.005)	11.793	2.710.074	193.887	2.903.961
Adições	40.240	-	-	40.240	12.482	52.722
Transferências/reclassificações (d)	143.600	-	-	143.600	(143.600)	-
Alienações/baixas	(6)	-	-	(6)	-	(6)
Saldo em 31.03.2025	3.330.120	(448.005)	11.793	2.893.908	62.769	2.956.677
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2024	(1.422.348)	68.151	(7.382)	(1.361.579)	-	(1.361.579)
Amortização	(54.879)	-	(462)	(55.341)	-	(55.341)
Alienações/baixas	4	-	-	4	-	4
Amortização da redução ao valor recuperável (f)	-	11.629	-	11.629	-	11.629
Saldo em 31.03.2025	(1.477.223)	79.780	(7.844)	(1.405.287)	-	(1.405.287)
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2024	1.723.938	(379.854)	4.411	1.348.495	193.887	1.542.382
Saldo em 31.03.2025	1.852.897	(368.225)	3.949	1.488.621	62.769	1.551.390
Taxas de amortização - a.a. (g)	6%	6%	17%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se a provisão para desvalorização de ativos (*impairment*)

(c) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Sociedade é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. Sendo como principal natureza a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.

(d) Referente a transferência de intangível em construção para intangível em operação.

(e) Transferência de ativo desenvolvido na *holding* para operação da Sociedade.

(f) Amortização da provisão para desvalorização de ativos (*impairment*), linearmente até o prazo de concessão.

(g) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

Notas Explicativas

No período findo em 31 de março de 2026, a Sociedade não constituiu juros capitalizados, enquanto no período findo em 31 de março de 2025, a Sociedade complementou o montante de R\$1.656, o valor das infraestruturas em construção tomando como base os custos de debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo, com a taxa média de capitalização em relação ao principal das dívidas de 0,55% a.a., do total de juros provisionados no período.

Teste de recuperabilidade de Ativos (*Impairment*)

A Administração tem monitorado os gatilhos para fins de testes de *impairment* da Sociedade e concluiu que não há indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização. Como não havia gatilhos na data base das informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2026 e de 31 de dezembro de 2025, os seus ativos não foram submetidos para fins de testes de *impairment*.

12. DEBÊNTURES

A composição das debêntures, negociadas em moeda funcional da Sociedade - Real (R\$), é como segue:

Série	Quantidade	Taxa contratual	Vencimento	31.03.2026	31.12.2025
9ª emissão - Série única	1.000.000	IPCA+6,39% a.a.	set-31	1.122.395	1.180.812
				1.122.395	1.180.812
			Custo de transação	(15.822)	(16.537)
			Total	1.106.573	1.164.275
			Circulante	129.744	134.584
			Não circulante	976.829	1.029.691
			Total	1.106.573	1.164.275

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda nacional	31.03.2026			31.03.2025		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	137.480	1.043.332	1.180.812	20.098	1.110.859	1.130.957
Juros e variações monetárias provisionados	18.079	18.807	36.886	17.674	27.043	44.717
Amortização de principal	(58.699)	-	(58.699)	-	-	-
Pagamento de juros	(36.604)	-	(36.604)	(34.974)	-	(34.974)
Transferências	72.384	(72.384)	-	65.868	(65.868)	-
	132.640	989.755	1.122.395	68.666	1.072.034	1.140.700
Custo de transação	(2.896)	(12.926)	(15.822)	(2.896)	(15.823)	(18.719)
Saldo final	129.744	976.829	1.106.573	65.770	1.056.211	1.121.981

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
9ª emissão - Série única	14.09.2022	1.000.000	1.000	15.09.2022	1.000.000
		1.000.000			1.000.000

Em 31 de março de 2026, o valor presente das parcelas a vencer brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2027	72.955
2028	184.295
2029	209.476
2030	247.053
Após 2030	275.976
	989.755

Notas Explicativas

Garantias

A 9ª emissão de debêntures da Sociedade possui Garantias Reais (Cessão Fiduciária de Recebíveis e Alienação Fiduciária de Ações) além de fiança/aval de sua Controladora Arteris S.A.

Cláusula Financeira (Covenant Financeiro) - 9ª emissão de debêntures

Em conformidade com as escrituras de emissão de debêntures, a Emissora compromete-se a manter, durante toda a vigência da emissão e enquanto houver valores devidos em virtude das debêntures, o cumprimento dos seguintes índices financeiros, apurados ao final de cada trimestre civil com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas da sociedade:

(a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) - Índice de Distribuição

O ICSD é utilizado como requisito para que a Emissora possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades.

A Emissora deve manter ICSD igual ou superior a 1,20, calculado trimestralmente, considerando também o ICSD Pro Forma após a realização de operações com controladoras, conforme definido na escritura.

Fórmula para o ICSD:

$$ICSD = \frac{EBITDA \text{ Ajustado} - \text{Impostos Pagos} - \text{CAPEX}}{\text{Serviço das Dívidas}}$$

Fórmula para o ICSD Pro Forma:

$$ICSD_{\text{Pro Forma}} = \frac{EBITDA \text{ Ajustado} - \text{Impostos Pagos} - \text{CAPEX} - \text{Distribuições aos Acionistas}}{\text{Serviço das Dívidas}}$$

Onde:

- (i) EBITDA Ajustado: lucro (prejuízo) líquido antes de IR e CSLL, adicionando (i.a) despesas não operacionais; (i.b) despesas financeiras; (i.c) provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa - método indireto); e (i.d) provisões de manutenção sem efeito caixa; e excluindo (i.e) receitas não operacionais; e (i.f) receitas financeiras, relativos aos últimos 12 meses.
- (ii) Impostos Pagos: somatório do Imposto de Renda e da Contribuição Social pagos nos últimos 12 meses.
- (iii) CAPEX: montante investido em obras e equipamentos operacionais nos últimos 12 meses, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras.
- (iv) Serviço das Dívidas: soma das amortizações de principal e pagamento de juros de dívidas, empréstimos, financiamentos, debêntures e outros instrumentos de dívida dos últimos 12 meses.

Distribuições aos Acionistas (para o ICSD Pro Forma): dividendos, juros sobre capital próprio, reduções de capital, repagamentos de mútuos e demais remunerações aos acionistas pagos nos últimos 12 meses.

(b) Índice Patrimônio Líquido sobre Ativo Total (Relação PL/Ativo Total) - Índice de Distribuição e Manutenção

O PL/Ativo Total é utilizado como requisito para que a Emissora possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades. A não observância desse índice, ainda que temporária, caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura.

A Emissora deve manter PL/Ativo Total igual ou superior a 20%, apurado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas, conforme a seguinte fórmula:

$$PL/Ativo \text{ Total} = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}} \geq 20\%$$

(c) Índice de Alavancagem (Relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado) - Índice de Manutenção

Este índice representa a razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, devendo ser observado pela Emissora em caráter contínuo durante toda a vigência da emissão. A não observância desse índice, ainda que temporária, caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura.

Para fins contratuais:

Notas Explicativas

- considera-se como “Dívida Líquida”, a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora, menos as disponibilidades. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora considerar-se-ão como dívida; e
- considera-se como “EBITDA Ajustado”, o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (sendo as amortizações e depreciações apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (1) receitas não operacionais; e (2) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

Os limites máximos permitidos para este índice são:

- 2022 a 2023: $\leq 4,50$
- 2024: $\leq 4,00$
- 2025: $\leq 3,50$
- 2026: $\leq 3,00$
- 2027: $\leq 2,50$
- 2028 a 2029: $\leq 2,00$
- 2030 a 2031: $\leq 1,00$

A Sociedade cumpriu todos os índices dos *covenants* de suas debêntures na data de 31 de março de 2026.

A Sociedade estima que irá cumprir os *covenants* que serão apresentados trimestralmente nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

13. FORNECEDORES, ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de março de 2026 o saldo registrado no passivo circulante, no montante de R\$25.359 (R\$25.743 em 31 de dezembro de 2025), refere-se a obrigações com fornecedores e prestadores de serviços, relacionados principalmente a valores devidos por serviços, materiais e equipamentos utilizados em obras de melhorias, manutenção e conservação.

O saldo de R\$16.391 (R\$16.380 em 31 de dezembro de 2025) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços, registrados conforme as condições estabelecidas nos contratos, que preveem retenções entre 3% a 10% sobre o valor dos serviços prestados, dependendo do acordo em cada contrato.

Esses saldos estão predominantemente vinculados à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e com a execução de obras na rodovia.

14. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro a seguir:

	31.03.2026			31.03.2025		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	8.686	23.206	31.892	13.430	517	13.947
Remensurações	1.778	(12.583)	(10.805)	613	-	613
Adições	-	-	-	1.378	11.553	12.931
Utilizações (*)	(6.268)	-	(6.268)	(6.099)	-	(6.099)
Ajuste a valor presente - AVP	630	-	630	629	-	629
Transferências	506	(506)	-	95	(95)	-
	5.332	10.117	15.449	10.046	11.975	22.021

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2026, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$4.179 (R\$4.018 em 31 de março de 2025).

Em 31 de março de 2026, o valor presente das parcelas a vencer no passivo não circulante relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Notas Explicativas

Ano de vencimento

2027	1.941
2028	2.071
2029	2.362
2030	2.737
Após 2030	1.006
	10.117

O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no período findo em 31 de março de 2026 são respectivamente R\$103 e R\$476 para PIS e Cofins (R\$101 e R\$464, respectivamente, em 31 de março de 2025).

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente e, para o período findo em 31 de março de 2026 a taxa média é de 14,93% a.a. (11,94% a.a. em 31 de março de 2025). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade, levando em consideração o prazo de cada contrato de arrendamento.

15. PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a despesas administrativas, mútuos e debêntures privadas para capital de giro.

Os saldos patrimoniais em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, e as transações realizadas no resultado em 31 de março de 2026 e 2025, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.03.2026</u>	<u>31.12.2025</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A.- controladora (a)	36	-
Fluminense S.A. (a)	-	8
Litoral Sul S.A. (a)	-	1
Contas a receber de partes relacionadas circulante	36	9
Total parte relacionada no ativo circulante	36	9
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.03.2026</u>	<u>31.12.2025</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	1.781	10.655
Total do passivo circulante	1.781	10.655
<u>Passivo não circulante</u>	<u>31.03.2026</u>	<u>31.12.2025</u>
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (b)	-	141.354
Total do passivo não circulante	-	141.354

	<u>31.03.2026</u>		<u>31.03.2025</u>	
<u>Passivos Circulante e Não Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial	141.354	141.354	124.000	124.000
Juros provisionados	4.941	4.941	4.270	4.270
IR recuperar	(742)	(742)	(640)	(640)
Integralização de Capital Social	(145.553)	(145.553)	-	-
Saldo final	-	-	127.630	127.630

Notas Explicativas

<u>Despesas financeiras (b)</u>	31.03.2026	31.03.2025
<u>Controladora</u>		
Arteris S.A.	(4.941)	(4.270)
<u>Outras partes relacionadas</u>		
ViaPaulista S.A.	-	17
Total	(4.941)	(4.253)
<u>Despesas gerais (a)</u>	31.03.2026	31.03.2025
<u>Controladora</u>		
Arteris S.A.	(4.067)	(3.882)
<u>Outras partes relacionadas</u>		
ViaPaulista S.A.	15	-
Total	(4.052)	(3.882)

(a) A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da *holding*, com base na receita de suas controladas, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. Os valores no subitem “Outras partes relacionadas” estão relacionados a reembolsos de custos e despesas administrativas entre as controladas.

(b) Decorrentes da 5ª e 8ª emissões de debêntures privadas série única e não conversíveis em ações, celebrado com a Arteris S.A para execução do plano de investimentos. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do *spread* respectivamente de 1% ao ano, com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2028. Em 20 de março de 2026, a Sociedade realizou a capitalização do saldo devedor da 5ª e 8ª emissão de debêntures, mediante aumento de capital no valor de R\$145.553.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2026		31.12.2025	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
20.05.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	-	-	76.007	54.409
05.09.2022	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	-	-	7.500	3.438
			-	-	83.507	57.847
			-	-	141.354	

No decorrer do período findo de 31 de março de 2026, a Sociedade reconheceu o montante de R\$952 (R\$1.057 em 31 de março de 2025), a título de remuneração de seus administradores incluindo os encargos, dos quais R\$409 (R\$311 em 31 de março de 2025) relativos à diretoria da Sociedade e R\$543 (R\$746 em 31 de março de 2025) relativos ao rateio da diretoria da controladora Arteris. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo - ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual R\$1.522 para o exercício de 2025.

Em relação as transações com partes relacionadas, elas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$3.926 e R\$3.177.

Notas Explicativas

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, *EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization)* do Grupo Arteris e da Sociedade, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

17. PROVISÕES

(a) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas, regulatórios e fiscais durante os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025 é conforme segue:

	31.12.2025	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2026
Cíveis	609	2.260	(658)	(1.477)	9	743
Trabalhistas	1.185	767	(130)	(650)	-	1.172
Regulatório	157	-	-	-	-	157
Fiscal	54	-	-	(19)	6	41
Total	2.005	3.027	(788)	(2.146)	15	2.113

	31.12.2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2025
Cíveis	1.341	2.771	(2.077)	(620)	28	1.443
Trabalhistas	895	930	(260)	(701)	-	864
Regulatório	1.723	1.571	(1.566)	(1.571)	-	157
Fiscal	103	-	-	(16)	4	91
Total	4.062	5.272	(3.903)	(2.908)	32	2.555

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

Possíveis	31.03.2026	31.12.2025
Cíveis	19.203	19.065
Trabalhistas	237	788
Ambiental	452	446
Regulatório	16.665	15.517
Total	36.557	35.816

Os processos possíveis classificados como cíveis decorrem em sua maioria da operação da rodovia, os principais tratam de ações referentes a acessos a rodovia, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc.

Os depósitos judiciais no montante de R\$5.037 em 31 de março de 2026 (R\$4.972 em 31 de dezembro de 2025) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por desapropriações e autos de infração impostos pela ANTT.

(b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 7,49% a.a. em 31 de março de 2026 (7,23% a.a. em 31 de dezembro de 2025), considerando os valores da próxima intervenção que, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos.

Notas Explicativas

(c) Provisão para investimentos

A provisão para investimentos é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados de gastos na construção e melhorias de rodovias até o final da concessão, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 6,40% a.a. em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2025	-	29.166	90.321	38.499	90.321	67.665
Adições/Reversões	-	1.885	-	6.166	-	8.051
Utilizações	-	(8.448)	-	-	-	(8.448)
Ajuste a valor presente	-	529	-	689	-	1.218
Transferências	-	6.383	-	(6.383)	-	-
Saldo em 31.03.2026	-	29.515	90.321	38.971	90.321	68.486

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2024	77.946	31.040	5.864	34.420	83.810	65.460
Adições/Reversões	-	3.248	3.661	6.602	3.661	9.850
Utilizações	-	(13.583)	-	-	-	(13.583)
Ajuste a valor presente	-	530	285	650	285	1.180
Transferências	(77.946)	5.907	77.946	(5.907)	-	-
Saldo em 31.03.2025	-	27.142	87.756	35.765	87.756	62.907

Os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2026 referente às manutenções realizadas foram de R\$6.767 (R\$11.029 em 31 de março de 2025).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2026 é de R\$1.879.138 (R\$1.733.585 em 31 de dezembro de 2025), composto por 3.417.236.944 (2.962.381.424 em 31 de dezembro de 2025) ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 20 de março de 2026, foi aprovado o aumento de capital da Sociedade no valor de R\$145.553, mediante a emissão de 454.855.520 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de R\$0,32 (trinta e dois centavos). As ações ora emitidas são totalmente subscritas e integralizadas pela única acionista Arteris S.A., mediante a capitalização do saldo devedor da 5ª e da 8ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie subordinada da Sociedade.

Cada ação confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado a reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas informações contábeis intermediárias. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP,

Notas Explicativas

estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

19. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos períodos é como segue:

	31.03.2026	31.03.2025
Receita de serviços prestados	150.311	139.742
Receita de serviços de construção	37.060	47.405
Outras receitas	6.793	5.648
Receita bruta	194.164	192.795
ISSQN	(7.516)	(6.987)
PIS	(1.021)	(944)
COFINS	(4.710)	(4.359)
Outras deduções	(88)	(99)
Receita líquida	180.829	180.406

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	31.03.2026	31.03.2025
Custos:		
Com pessoal	(10.969)	(10.240)
Serviços de terceiros	(5.711)	(6.679)
Conservação	(4.129)	(4.930)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(944)	(813)
Consumo	(949)	(1.338)
Transportes	(1.561)	(2.248)
Verba de fiscalização	(5.470)	(5.237)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	-	(32)
Seguros / Garantias	(1.403)	(1.389)
Provisão de manutenção em rodovias	(8.051)	(9.850)
Custos de serviços da construção	(37.060)	(47.405)
Depreciação / Amortização	(59.509)	(48.958)
Outros	(802)	(588)
Total	(136.558)	(139.707)

	31.03.2026	31.03.2025
Despesas gerais e administrativas:		
Com pessoal	(4.766)	(4.448)
Serviços de terceiros	(1.346)	(642)
Manutenção de bens e conservação	(302)	(554)
Consumo	(146)	(217)
Transportes	5	(56)
Seguros/Garantias	8	(4)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(2.239)	(1.369)
Comunicação e <i>marketing</i>	(31)	(35)
Indenizações à terceiros	(15)	(5)
Publicações legais	-	(2)
Depreciação / Amortização	(519)	(509)
Provisão para perdas esperadas	29	(51)
Outros	(489)	(498)
Total	(9.811)	(8.390)

Notas Explicativas

21. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	31.03.2026	31.03.2025
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	24.738	17.063
Atualização de créditos fiscais	304	304
Outras receitas	120	1
Total	25.162	17.368
	31.03.2026	31.03.2025
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(41.827)	(47.331)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(1.848)	(2.094)
Outras despesas	(1.365)	(1.050)
Total	(45.040)	(50.475)

(*) Do total dos juros de debêntures incorridos em 31 de março de 2026 no valor de R\$41.827, não houve reconhecimento de valores como adição de infraestrutura em construção na demonstração de fluxo de caixa de investimento (R\$48.987 e reconhecimento de adição de infraestrutura em R\$1.656 em 31 de março de 2025).

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalente de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	31.03.2026	31.03.2025
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção (a)	37.141	52.722
Juros capitalizados - debêntures (a)	-	(1.656)
	37.141	51.066
Aquisição (adições)	(37.141)	(51.066)
Fornecedores	(4.832)	(4.587)
Obrigações fiscais	411	(789)
Contas a pagar - partes relacionadas	(5.638)	(1.019)
Cauções contratuais	345	561
Provisão para investimentos em rodovias	-	3.661
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	(46.855)	(53.239)
Fluxo de Caixa Intangível	(46.855)	(53.239)
Total dos Fluxos de Caixa de Imobilizado e Intangível	(46.855)	(53.239)
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção	(9.714)	(2.173)
	31.03.2026	31.03.2025
Outras transações que não envolveram caixa:		
Integralização de capital - debêntures privadas	145.553	-
Adições ao ativo direito de uso (b)	-	12.931

a) Vide notas explicativas nº 11 e nº 21.

b) Vide nota explicativa nº 9.

23. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro (prejuízo) por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o lucro (prejuízo) e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação.

Notas Explicativas

	31.03.2026	31.03.2025
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro líquido (prejuízo) do período	13.937	(416)
Número de ações durante período	3.017.975	2.463.562
Lucro (prejuízo) por ação	0,0046	(0,0002)

Não há diferença entre o lucro (prejuízo) básico e lucro (prejuízo) diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis intermediárias, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	31.03.2026		31.12.2025	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	N/A	2	190.889	190.889	267.916	267.916
Aplicação financeira	N/A	2	463.109	463.109	388.073	388.073
Contas a receber clientes	N/A	2	20.119	20.119	20.161	20.161
Contas a receber - partes relacionadas	N/A	2	36	36	9	9
Aplicações financeiras vinculadas	N/A	2	15.314	15.314	64.011	64.011
Outros créditos	N/A	2	759	759	700	700
			690.226	690.226	740.870	740.870

	Nível	Mensuração (*)	31.03.2026		31.12.2025	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Passivo						
Empréstimos partes relacionadas	N/A	2	-	-	141.354	141.354
Contas a pagar - partes relacionadas	N/A	2	1.781	1.781	10.655	10.655
Debêntures (a)	N/A	2	1.122.395	1.066.374	1.180.812	1.106.105
Fornecedores e cauções contratuais	N/A	2	41.750	41.750	42.123	42.123
Outras contas a pagar	N/A	2	4.587	4.587	12.668	12.668
			1.170.513	1.114.492	1.387.612	1.312.905

(a) Vide nota 12.

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

Mensuração a valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

25. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do

Notas Explicativas

gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, IPCA e do CDI, relativos a debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de março de 2026, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro antes da tributação (é afetado pelo impacto das debêntures a pagar sujeitas a taxas variáveis).

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	10,40%	13,00%	15,60%
Receita de aplicações financeiras	1.576	1.970	2.364
Juros a incorrer CDI líquido (*)	1.576	1.970	2.364
IPCA	3,84%	4,80%	5,76%
Juros a incorrer - Debêntures	(115.865)	(127.166)	(138.468)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(115.865)	(127.166)	(138.468)
Juros a incorrer líquido	(114.289)	(125.196)	(136.104)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 27 de março de 2026, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o período, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de março de 2026, a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$17.486 (R\$16.410 em 31 de dezembro de 2025) com as empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. e Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio registrados na rubrica "Contas a receber".

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos e debêntures é monitorada para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos.

A tabela a seguir apresenta o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (a)	Fluxos de caixa contratuais						
		Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Arrendamento mercantil a pagar	14,93%	15.449	26.991	3.914	8.851	3.024	7.054	4.148
Debêntures - IPCA (b)	10,16%	1.122.395	1.277.018	77.240	85.808	195.981	769.743	148.247
Fornecedores e cauções contratuais	-	41.750	41.750	25.359	16.391	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas	-	1.781	1.781	1.781	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	4.587	4.587	4.587	-	-	-	-
		1.185.962	1.352.127	112.881	111.050	199.005	776.797	152.395

(a) Média ponderada efetiva % a.a.

(b) Valor bruto dos custos de transação.

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários.

Em 31 de março de 2026, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	150.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	255.802

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de março de 2026 é de R\$170.152 (R\$75.390 em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 2 de abril de 2026, foi celebrado o Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da Autopista Fernão Dias S.A., por meio de qual a Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A., adquiriu a totalidade das ações de titularidade da Arteris na Autopista Fernão Dias S.A., resultando na transferência do controle acionário para a Companhia vencedora do leilão. O referido instrumento prevê o convívio entre a Concessionária, o Poder Concedente e a Operadora Futura, com o objetivo de assegurar a adequada transição operacional e a continuidade da prestação dos serviços. O valor da transação correspondeu a R\$361.788, pago à vista.

Em 2 de abril de 2026, a Assembleia Geral Extraordinária da Autopista Fernão Dias S.A. aprovou o aumento do capital social da Sociedade no valor de R\$ 201.875.400,81 (duzentos e um milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, quatrocentos reais e oitenta e um centavos), em moeda corrente nacional, mediante a emissão de 640.301.437 (seiscentos e quarenta milhões, trezentos e um mil, quatrocentos e trinta e sete) novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 0,315281818 por ação.

As novas ações foram totalmente subscritas e integralizadas em 13 de abril de 2026.

Em 2 de abril de 2026, a Assembleia Geral Extraordinária da Autopista Fernão Dias S.A. aprovou a 1ª emissão de notas comerciais escriturais, em série única, no montante total de R\$ 203.000.000,00 (duzentos e três milhões de reais), com garantia fidejussória outorgada pela Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. (“Garantidora”).

Os recursos obtidos com a emissão serão destinados integralmente (i) ao cumprimento da obrigação prevista no item 19.5 do Edital de Processo Competitivo nº 4/2025, promovido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, e (ii) ao reforço de caixa da Sociedade.

Em 22 de abril de 2026, o TCU revogou a medida cautelar que havia sido adotada no processo de transferência de controle da Autopista Fernão Dias para a nova acionista, após concluir que os riscos que motivaram a intervenção foram superados. A transferência de controle foi concluída na data prevista, sem interrupção dos serviços, e não houve evidência de perda de dados ou comprometimento dos sistemas essenciais da Autopista Fernão Dias.

Em 11 de maio de 2026, foi celebrado o Termo Aditivo de Modernização do Contrato de Concessão entre a Autopista Fernão Dias S.A. (“Sociedade”) e a União Federal, por meio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

O referido Termo Aditivo assegura a continuidade da prestação do serviço público de exploração do sistema rodoviário da BR-381/MG-SP (Rodovia Fernão Dias) pelo prazo adicional de 15 (quinze) anos, contemplando um novo ciclo de investimentos voltados à modernização, ampliação da capacidade e elevação dos padrões de qualidade e segurança da rodovia. A Sociedade está avaliando os efeitos econômicos e financeiros decorrentes do novo ciclo de investimentos previsto no Termo Aditivo, que serão oportunamente refletidos em suas demonstrações financeiras futuras, em consonância com as normas contábeis aplicáveis.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos acionistas, conselheiros e aos administradores da
Autopista Fernão Dias S.A.
Pouso Alegre – MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Fernão Dias S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (Iasb), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Assunção da concessão por novo grupo controlador

Chamamos a atenção para a Nota 28, que descreve que, em decorrência do leilão da concessão, a controladora Arteris S.A. transferiu, em 02 de abril de 2026, o controle acionário da Autopista Fernão Dias S.A. para a companhia vencedora do certame, incluindo a celebração do Termo Aditivo de Modernização do Contrato de Concessão, em 11 de maio de 2026, junto à União Federal (por meio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT). Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes referentes ao exercício e período comparativos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e ao período de três meses findos em 31 de março de 2025, apresentados para fins de comparação foram, respectivamente, auditados e revisados por outro auditor independente, cujo relatórios sobre a auditoria e revisão foram, respectivamente, emitidos em 03 de março de 2026 e 12 de maio de 2025, sem modificações.

Campinas, 15 de maio de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-028.281/O-4 F SP

Élica Daniela da Silva Martins
Contadora CRC 1SP-223.766/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes no artigo 31, §1º, II, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Brasil ("GT") sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido nesta data; e (ii) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2026.

Pouso Alegre/MG, 15 de maio de 2026.

JOSIANE CARVALHO DE ALMEIDA
DIRETORA PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (EM EXERCÍCIO)
DIRETORA FINANCEIRA

RICARDO LUIS DA SILVA
DIRETOR SUPERINTENDENTE

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 31, §1º, II, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Brasil ("GT") sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido nesta data; e (ii) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2026.

Pouso Alegre/MG, 15 de maio de 2026.

JOSIANE CARVALHO DE ALMEIDA
DIRETORA PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (EM EXERCÍCIO)
DIRETORA FINANCEIRA

RICARDO LUIS DA SILVA
DIRETOR SUPERINTENDENTE